



GRADUANDOS INDÍGENAS DA UFSCar

# As Ações AFIRMATIVAS E A EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

## O que são Ações Afirmativas?

- São medidas especiais e temporárias determinadas por lei, seja no âmbito federal, estadual, municipal ou estabelecidas em planos institucionais.
- O primeiro país a implantar as Ações Afirmativas foram os EUA, onde as mudanças nas leis se deram a partir de movimentos sociais, especialmente os chamados movimentos negros, como os liderados por Martin Luther King e os “Panteras Negras”. As ideias influenciaram a Europa, onde o movimento ganhou o nome de “discriminação positiva”.
- As cotas são uma segunda etapa das ações afirmativas. Constatada nos EUA a ineficácia dos procedimentos clássicos de combate à discriminação, deu-se início a um processo de alteração conceitual das Ações Afirmativas, que passou a ser associado à ideia, mais ousada, de realização da igualdade de oportunidades através da imposição de cotas rígidas de acesso de representantes de minorias a determinados setores do mercado de trabalho e a instituições educacionais. Data também desse período a vinculação entre as ações afirmativas e a realização de certas metas estatísticas concernentes à presença de negros e mulheres num determinado setor do mercado de trabalho ou numa determinada instituição de ensino.



Graduandos da UFSCar de etnias umutina, manchinery, terena e mayuruna. Participantes da ACIEPE "Estudos em Letramento e Multiculturalismo".

## Ações Afirmativas são formuladas com o objetivo de...

- Eliminar desigualdades historicamente acumuladas

- Garantir a igualdade de oportunidades e tratamento
- Compensar perdas provocadas pela discriminação e marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros
- Promover o reconhecimento e a valorização da história e da cultura dos diferentes povos que compõem nossa nação.

## Histórico das políticas brasileiras voltadas às Ações Afirmativas

Foram sendo implantadas no decorrer do século XX e prevêm:

- *reparações*
- *reconhecimento*
- *tratamento diferenciado para grupos com diferentes oportunidades.*
- Decreto-Lei nº. 5.452/1943 (CLT), que prevê, em seu art 354, cota de dois terços de brasileiros para empregados de empresas individuais ou coletivas.
- Decreto-Lei nº. 5.452/1943 (CLT), que estabelece, em seu art. 373-A, a adoção de políticas destinadas a corrigir as distorções responsáveis pela desigualdade de direitos entre homens e mulheres.
- Lei nº. 5.465/1968: a denominada “Lei do Boi”, previa a adoção de reserva de vagas de 50% nas Escolas de Agronomia e Veterinária para candidatos agricultores ou filhos destes, proprietários de terras ou não, que residissem na zona rural ou em locais que não possuíam estabelecimentos de ensino.
- Lei nº. 8.112/1990: cotas de 20% para pessoas consideradas deficientes no serviço público da União.
- Lei nº. 9.507/1997: prevê a adoção de cotas de 20% para mulheres em partidos e coligações políticas.

## Por que Ações Afirmativas na UFSCar e em outras universidades?

### *Alguns dados para reflexão:*

- As escolas públicas, municipais, estaduais ou federais são responsáveis pela oferta de 85,15% das vagas do Ensino Médio em todo o país<sup>i</sup>.
- Em 2006, aumentou para 8.906.820 o número de pessoas que se matricularam no Ensino Médio nas escolas públicas<sup>ii</sup>.
- Em 1994, a proporção de graduandos da Universidade Federal de São Carlos provenientes de escolas públicas era de 45,9%, em contraste com os 54,1% provenientes de escolas privadas. Em 2006, o número de egressos de escolas públicas caiu para 20,1%, enquanto o de egressos de escolas privadas subiu para 79,9%<sup>iii</sup>.



Graduando de etnia xukuru do curso de Psicologia da UFSCar conversa com crianças da rede pública municipal de ensino de São Carlos/SP – atividade da ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo” (PROEX/UFSCar).

*“Temos direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”*

*(Boaventura de Souza Santos).*

---

<sup>i</sup> Fonte: MEC/Inep.

<sup>ii</sup> Idem.

<sup>iii</sup> Fonte: UFSCar- Prograd- Departamento de Estatística- SAC, 2006.

## A crescente demanda dos povos indígenas pelo Ensino Superior

- No Brasil, a população indígena foi reduzida a menos de 10% de seu total nos primeiros contatos com os brancos.
- Os indígenas eram tutelados pelo Estado brasileiro até a Constituição de 1988, sendo dessa forma excluídos de qualquer tipo de participação política<sup>i</sup>.
- Em 2002, havia apenas dezoito escolas indígenas com Ensino Médio, atendendo um total de 1187 alunos. Já em 2006, havia 99 escolas indígenas com Ensino Médio atendendo 7900 alunos<sup>ii</sup>.



### *A iniciativa das ações afirmativas voltadas aos povos indígenas passa por vários momentos:*

- Desde seu reconhecimento, ainda no governo FHC, até começar a ser implantada no governo Lula;
- Passa pela necessidade de uma estruturação no Ministério da Educação, através da criação da SECAD (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade), que conta com a participação de atores das organizações indígenas;
- Através dessa participação foram criadas as Licenciaturas Indígenas e houve incentivo à inserção e permanência dos indígenas no Ensino Superior;
- Dentro da SECAD foi criado o PROLIND (Programa de Formação Superior e de Licenciaturas Indígenas), com o financiamento das iniciativas e a mobilização e sensibilização das instituições de nível superior para a implantação dos projetos.

<sup>i</sup> Fonte: MEC/Inep : Grupioni, L.D.B. e Silva, A.L. " A temática indígena na escola" , São Paulo, Global, 2004

<sup>ii</sup> Fonte: Censo Escolar 2006, Inep/MEC.

## O que são cotas?

- São formas de ação afirmativa que criam reservas de vagas em uma determinada instituição pública ou privada para um determinado segmento da sociedade. Visam à superação das desigualdades socioeconômicas, fato que se impõe como uma das metas de qualquer sociedade que busca equidade social.
- As primeiras instituições brasileiras a adotarem cotas em seus processos seletivos foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), que, por meio de leis estaduais, instituíram: 1) cotas sociais para alunos de escola pública em 2000 e 2) cotas raciais para negros e indígenas em 2001. Essa iniciativa desencadeou uma série de iniciativas semelhantes na maioria das Instituições Públicas de Ensino Superior.
- Atualmente, cerca de cem instituições públicas de ensino superior em todo o país adotam políticas de ação afirmativa com a finalidade de favorecer o acesso às suas vagas de pessoas que fazem parte de grupos desfavorecidos.



Graduando manchinery do curso de Ciências Sociais em oficina de desenho, música e pintura indígena dirigida a crianças da rede pública de ensino como parte das atividades da ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo” (PROEX/UFSCar).

## Programa de Ações Afirmativas da UFSCar

### *Princípios:*

- Afirmação do atendimento plural pelas instituições federais de ensino superior à diversidade da sociedade brasileira.

- Correção de desigualdades sociais e étnico-raciais, tendo em vista a vocação da UFSCar para a qualidade acadêmica, o compromisso social e a ousadia<sup>1</sup>.

## Reserva de vagas na UFSCar

De 2008 a 2010, o sistema de reserva de vagas disponibilizou 20% das vagas de cada curso de graduação a egressos do Ensino Médio cursado integralmente em escolas públicas. Deste percentual da reserva de vagas, 35% serão ocupadas por alunos/as negros/as (pretos/as e pardos/as).

De 2011 a 2013, o sistema de reserva de vagas disponibilizará 40% das vagas de cada curso de graduação a egressos do Ensino Médio cursado integralmente em escolas públicas. O percentual reservado para negros/as permanecerá o mesmo de 35%.

De 2014 a 2016, prevê-se a reserva de 50% das vagas em cada curso da graduação a egressos do Ensino Médio, cursado integralmente em escolas públicas. Mantém-se o percentual de 35% de vagas reservadas para estudantes negros/as.

Em 2017, quando se completem 10 anos do início da implantação do sistema de reserva de vagas, os colegiados superiores apreciarão, mediante avaliação, a necessidade de sua continuidade ou ampliação.



Participantes da ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo”. Graduanda em Pedagogia junto com graduandos indígenas de diferentes etnias e departamentos.

<sup>1</sup> Fonte: P.A.A./UFSCar, p.12.

## Cursinho Pré- Vestibular da UFSCar

200 vagas (90 vagas no Bairro Cidade Aracy) em parceria do Projeto “Conexões de Saberes” com a Prefeitura Municipal de São Carlos.

É uma medida voltada à facilitação do acesso ao Ensino Superior.

## População Indígena

Para a população indígena, o sistema de reserva de vagas da UFSCar disponibiliza anualmente uma vaga por curso de graduação, além do número de vagas total de cada curso, vagas estas não cumulativas caso as mesmas não sejam preenchidas.



Graduando manchinery do curso de Ciências Sociais/UFSCar

## Entrevistas com alunos da UFSCar que ingressaram pelas Ações Afirmativas

**Ações afirmativas: o que você acha da iniciativa?**

*“Eu vejo as Ações Afirmativas como qualquer outra política pública, ou seja é uma atuação de um órgão público para o bem-estar da população. É interessante porque é uma política que tenta corrigir o acesso restrito a uma minoria étnica no ambiente acadêmico, ampliando-o especialmente aos negros e aos indígenas. Mas penso que não se deva ver as ações afirmativas como uma solução ao acesso dessa população ao ensino superior, ela deve ser pensada como um fator e não uma solução para discriminações sofridas ao longo da história”.*



Oficina de artesanato indígena realizada no pátio da Biblioteca Comunitária da UFSCar como parte da ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo” (PROEX/UFSCar).

*“É importante porque é uma forma de incluir os grupos que por muito tempo ficaram fora do sistema educacional e de outras políticas do país, que é o caso dos negros e dos indígenas, pois para a população negra brasileira, por exemplo, para cada quatro negros, três vivem abaixo da linha da pobreza, e entre as populações indígenas brasileiras poucos estão no ensino superior, o que mostra a importância de programas que reduzam as desigualdades na educação para que esses grupos tenham direito a melhores condições de vida”.*

### ***Cotas na universidade, o que você acha desta iniciativa?***

*“Cotas são um assunto delicado, eu acho a iniciativa necessária, mas não acho que deva se tornar um facilitador à entrada acadêmica no critério de seleção, e sim um mecanismo de favorecimento àqueles que não tiveram condições de um ensino de qualidade, ou que pertencem a um grupo étnico minoritário, também acho legal. Porque as cotas trazem às universidades perfis e etnias que não são muito comuns na academia. Tento ver uma evolução positiva na forma de se pensar o próprio ensino superior, algo mais diverso, pois nosso modelo educacional superior é muito pensado nos valores europeus, sem muita valorização das relações étnico-raciais”.*

## Ações Afirmativas em outras universidades

- A UnB é uma instituição federal de Ensino Superior que também conta com a política de Ações Afirmativas e com a realização de vestibular diferenciado com dez vagas para indígenas a cada ano.
- Na UFMT, em Cuiabá, e na UFRR, em Boa Vista, há no momento vagas para indígenas em diversos departamentos, sendo a definição destas vagas feita através de conversas com lideranças indígenas.

## Outras IES com reserva de vagas para Indígenas

- UNEB (BA) - 5% para candidatos indígenas
- UEFS (BA) - duas vagas por curso para indígenas e quilombolas.
- UFBA e UFRB (BA) - 2% das vagas para candidatos de escola pública que se declararem índiosdescendentes.
- UFMA (MA) - Duas vagas adicionais: uma para índio e uma para deficiente, por semestre letivo, em cada curso
- UFS (SE) - 35% das vagas destinadas àqueles que se declararem negros, pardos ou índios



Oficina de artesanato e pintura corporal indígena realizada no pátio da Biblioteca Comunitária da UFSCar em 2009 com a presença de indígenas de diversas etnias.

- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (BA): 5% das vagas para indígenas
- UFPR (PR) – 10 vagas para indígenas
- UFSC (SC) - 6 vagas para indígenas em geral e 120 vagas de licenciatura intercultural para os Kaingang, Xokleng e Guarani
- UFSM (RS) – 8 vagas para indígenas
- UNIPAMPA (RS) – 4 vagas para indígenas
- UEMS (MS) – 10% das vagas para indígenas
- UEG (GO) - 5% para deficientes e/ou indígenas
- Fundação de Ensino Superior de Goiatuba/GO: 2% para indígenas e portadores de deficiência
- UESC (BA): 02 vagas para índios ou quilombolas em cada curso
- UEMG e UNIMONTES (MG) - 5% deficientes físicos e indígenas
- UERJ, UEZO e UENF (RJ) - 5% das vagas para deficientes físicos, ou indígenas ou filhos de policiais mortos em serviço
- UEL (PR) – 6 vagas para indígenas
- UEPG (PR) - 6 vagas para grupos indígenas do Estado do Paraná



Visita de crianças de Escola Municipal de Educação Infantil à II Mostra de Cultura Indígena da UFSCar – atividade promovida pela ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo” em 2010.

## Licenciatura Indígena Intercultural

- Outras Instituições de Ensino Superior possuem cursos de Licenciatura Indígena Intercultural, como na UNEMAT em Barra do Bugres (MT), com os cursos de:
- Línguas, Artes e Literaturas;
- Ciências Matemáticas e da Natureza;
- Ciências Sociais.

## Consolidando uma política nacional de educação superior indígena

- No Seminário Nacional de Educação Superior Indígena realizado em Boa Vista (RR) em outubro de 2010, foi redigido documento a ser enviado a Brasília. O documento contemplou várias demandas indígenas por Ensino Superior e foi elaborado com a participação de professores, de graduandos e de lideranças indígenas. Esta foi a versão inicial do documento redigido no GT 3 – Ações Afirmativas:
- O MEC-SESu deve garantir o estabelecimento de uma política pública de acesso e permanência para os povos indígenas ao Ensino Superior, que contemple:



Graduando umutina caracterizado com pintura corporal para o desenvolvimento de oficina de contação de histórias realizada na Biblioteca Comunitária da UFSCar em 2010 (ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo”).

- Quanto ao acesso:
  1. Garantir o acesso específico e diferenciado às IES e a concorrência entre os candidatos indígenas;
  2. Garantir a gratuidade para a inscrição e os recursos financeiros para subsidiar deslocamento, alimentação e estadia do candidato indígena no processo seletivo das IES;
  3. Garantir às IES a destinação de recursos financeiros para a realização de um processo seletivo específico para indígenas;
  4. Garantir recursos financeiros específicos para a promoção do debate nas IES sobre as questões relacionadas aos processos seletivos específicos para indígenas.

### *Seminário Nacional de Educação Superior Indígena -Propostas do GT3 Ações afirmativas*

- Quanto à permanência:
  1. Garantir a criação de um Programa Específico de Ações Afirmativas para Indígenas em todas as IES, com a destinação de uma bolsa para o seu coordenador;
  2. Garantir o financiamento de bolsas para permanência do aluno indígena nas IES, observando as diferenças e especificidades culturais e regionais, e a composição familiar, devendo os valores ser compatíveis com a manutenção do aluno no que diz respeito à moradia, alimentação, vestuário, transporte, saúde e material didático;
  3. Garantir a previsão orçamentária, com rubricas específicas, para as IES que possuem programas de ações afirmativas voltadas para os povos indígenas;
  4. Criar linhas de financiamento especiais como contrapartida para IES e cursos que: a) se disponham a reformular seus PPPs de modo a contemplar a temática da diversidade; b) se disponham a criar cursos específicos para graduandos indígenas; e/ou c) se disponham a destinar vagas para alunos indígenas nos seus cursos regulares;

5. Garantir a destinação de recursos financeiros para a realização periódica de eventos locais, regionais, nacionais e internacionais de acadêmicos indígenas, com a participação de lideranças e sábios indígenas;
6. Garantir financiamento para realização e publicação de estudos e pesquisas para levantamento de questões relativas à permanência de acadêmicos indígenas no ensino superior em nível de graduação;
7. Garantir a destinação de recursos financeiros para a construção, manutenção, aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais para implantação de espaços de convivência dos indígenas nas IES;
8. Garantir o financiamento de ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a formação e sensibilização da comunidade universitária em temas relacionados à questão indígena nas IES;
9. Garantir apoio financeiro a projetos de pesquisa, ensino e extensão executados por estudantes indígenas, com processo seletivo e avaliação diferenciados, com garantia de um "auxílio pesquisa" ou "auxílio extensão";
10. Garantir a criação de um PROUni específico para os povos indígenas, naquelas instituições privadas de Ensino Superior que: a) tenham seus cursos reconhecidos pelo MEC; b) ofereçam apoio acadêmico ao acesso e permanência dos estudantes indígenas.



Oficina “Quebrando os estereótipos com relação à cultura indígena” – realizada em Biblioteca de bairro de São Carlos/SP como parte das atividades da ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo”.

## Entrevista concedida por graduando manchinery a jornal escolar

*Você poderia falar um pouco sobre sua religião?*

Diferentemente do homem branco, para nós os deuses que cultuamos são parte de nós. Apesar disso, alguns indígenas já se convertem ao cristianismo. Em minha aldeia praticamos o xamanismo (prática ligada à magia, filosofia, cultura, transe). É através dele que o conhecimento é transmitido dos mais velhos para os mais novos. Usamos a Ayahuasca (chá enteógeno) para entrarmos em contato com os espíritos.

*Como é o ensino na aldeia?*

Nosso ensino é diferenciado. Aprendemos o português, a língua indígena e, na minha aldeia, também espanhol. Todo conteúdo ensinado é voltado para a nossa cultura.

*Você sentiu muito preconceito quando entrou na faculdade?*

Sim. Senti muito preconceito assim como os negros e pobres sofrem. As pessoas pensam que porque somos negros, pobres ou índios não sabemos de nada, somos burros. Além disso, muitas pessoas achavam que por eu ser índio andava nu, me perguntavam pelo cocar e etc.



Atividade realizada com os propósitos de combater os estereótipos e preconceitos com relação aos indígenas, e também de levar ao conhecimento de alunos do Ensino Fundamental a existência de medidas de Ação Afirmativa na Universidade Federal de São Carlos (ACIEPE “Estudos em Letramento e Multiculturalismo”).

## Coordenação geral:

Profa. Dra. Maria Sílvia Cintra Martins – Departamento de Letras/UFSCar - ACIEPE - Atividade Curricular de Integração Ensino Pesquisa e Extensão “Estudos em Letramento e Multiculturalismo” (PROEX/UFSCar)

### Graduandos:

- Edinaldo dos Santos Rodrigues (DPsi/xukuru)
- Ernilso de Souza (DCSo/manchinery)
- Gabriela Natália da Silva (DL)
- Henrique Ubiratan de Oliveira (DMed/pankararu)
- Suilly O. Lopes Morallis (DL)
- Taís Aparecida de Moura (DME)
- Thiara S. Dawson Barbosa (DME)



---

**Martins, Maria Sílvia Cintra (Coord.). Cartilha As Ações Afirmativas e a Educação Superior Indígena.**

**São Carlos, SP, 2010. Primeira edição. Tiragem: 100 exemplares.**

**1. Educação Superior Indígena**

**2. Ações Afirmativas**

---